



## **O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

**Belo Horizonte  
2011**

**MARCO TÚLIO SANTOS LEDO**

**O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE  
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Priscila Rezende Moreira

**Belo Horizonte  
2011**

MARCO TULIO SANTOS LEDO

**O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR FRENTE AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Profª Priscila Rezende Moreira – UFMG

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho aos meus amados filhos, Gabriel e Miguel que são a razão da minha luta constante, a minha amada esposa Gabriela e a minha querida mãe Anésia que contribuíram enormemente para que eu chegasse até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente quero agradecer a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço minha mãe, pelo amor incondicional.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos.

Aos colegas de curso pela convivência e trocas.

A minha família pelo apoio na construção deste percurso.

"Viva como se fosse morrer amanhã.  
Aprenda como se fosse viver para sempre."

Mahatma Gandhi

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso parte da análise sobre o processo da avaliação escolar e busca compreender a ação docente frente a este novo contexto, que influi diretamente na construção do padrão pedagógico e na dinamização da ação do gestor escolar frente ao contexto avaliativo. Neste sentido, este estudo abrange a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) e as noções significativas sobre o processo de avaliação da aprendizagem escolar com suas múltiplas formas, e, por fim a questão do gestor frente a este processo. Toda a dinâmica do trabalho teve como ponto de partida a prática de gestão escolar, estudos realizados durante o curso de Gestão Escolar e a análise do Projeto Político Pedagógico.

**Palavras-chave:** Gestor Escolar, Avaliação da Aprendizagem, Projeto Político Pedagógico

## SUMÁRIO

1	Introdução .....	03
2	Desenvolvimento.....	05
2.1	Projeto Político-Pedagógico .....	05
2.2	Avaliação da Aprendizagem Escolar .....	07
2.2.1	Avaliação Diagnóstica .....	08
2.2.2	Avaliação somativa .....	09
2.2.3	Avaliação Formativa .....	10
2.3	O Gestor Escolar e o Processo Avaliativo .....	12
3	Conclusão .....	14
4	Referências Bibliográficas .....	15
5	Anexos .....	16
	Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. Clemente de Farias	17



## 1. Introdução

A educação vem, cada vez mais, sendo entendida como um processo de construção contínua e que se perfaz por ações que envolvem os setores administrativos, pedagógicos, financeiros e jurídicos, com uma proposta integradora e que permita o desenvolvimento de um aluno crítico, criativo, cidadão e humano.

Diante desta explicitação pode-se perceber que a formatação do espaço escolar está pautado na construção coletiva da escola. Portanto, inúmeras demandas vêm sendo expostas aos sistemas de ensino com a finalidade de promover a construção de propostas para o desenvolvimento de uma gestão democrática dentro do contexto escolar.

Para tanto, torna-se necessário consubstanciar a definição de estratégias para o desenvolvimento da gestão democrática, postulando a participação efetiva dos profissionais e da família na dimensão de promover a elaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas, que por sua vez, devem refletir os interesses da comunidade frente aos desafios enfrentados pela instituição escolar.

Portanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) vem se dando em um cenário de intensas e profundas transformações. Valores, costumes e normas são modificados a fim de atender os anseios de um novo mundo que se torna cada vez mais competitivo e que necessita de um processo constante de mutabilidade para enfrentar estes novos caminhos. Seja isto visto no perfil do educador, bem como na missão social da escola e do gestor frente as inúmeras mudanças que perfazem a educação brasileira nas duas últimas décadas, como a falta de estrutura e apoio familiar nas definições e acompanhamento do filho no processo educacional, ampliação das taxas de violência e desrespeito na escola. Temos ainda a constante desmotivação profissional dos trabalhadores da educação, que conforme Rizzo (s.d)

A educação sempre teve o objetivo de cultivar e transmitir o saber. Não há “novos saberes” sem que haja a educação de base. Neste caso, é inegável que os professores são protagonistas no processo ensino/aprendizagem, mas, ano após ano, vêm sendo desvalorizados e desmotivados pelo governo e pela sociedade. Estão se tornando meros coadjuvantes até mesmo simples figurantes. A auto-estima do professor (principalmente) do Ensino Fundamental e Médio está em baixa e isso também repercute de forma negativa na educação do Brasil.

Inúmeras modificações vem ocorrendo frente a todo este novo contexto de trabalho e preparo docente, e com as políticas públicas voltadas para a melhoria do processo educativo, que buscou ainda, integrar a toda a dinâmica pedagógica ações voltadas para o desempenho tecnológico afim de auxiliar ao desenvolvimento da escola e das práticas

docentes. Contudo, apesar destes novos tempos ainda há muito por se fazer no campo pedagógico, que diretamente influencia as escolas na promoção da qualidade do ensino, que é a avaliação da aprendizagem. Apesar de ser visto como um tema estritamente pedagógico e, portanto vinculado a professores e especialistas, o campo da avaliação da aprendizagem vem tomando novos rumos frente às diversas novas formas de atuação do gestor escolar do novo milênio. Este, que antigamente, era apenas expresso como diretor, deve promover de forma constante a utilização de novas metodologias, seja ela voltada para a consecução de objetivos didáticos, seja para a valorização das inúmeras potencialidades do aluno promovendo, assim, constituição de um novo seio escolar e de formas alternativas de avaliação.

Logo, esta pesquisa busca refletir sobre a atuação do gestor escolar frente à avaliação da aprendizagem, abrangendo desta forma o campo pedagógico da escola, sendo o foco das observações e estudo uma escola da rede pública municipal de ensino de Almenara – MG, que atende alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Há de se discutir, portanto, que a dimensão avaliativa da escola está prevista em seu Projeto Político Pedagógico, o que se poder observar que a construção coletiva deste pode implicar na mudança de diretrizes da missão da escola. O projeto, torna-se então, um elo entre a finalidade da escola, a atuação do gestor e a compreensão do processo avaliativo. Portanto, vê-se o Projeto Político Pedagógico como um importante instrumento na direção da escola e com isso possibilita a discussão de uma instituição inclusiva e para todos.

Em tempo, há de se verificar sobre o processo avaliativo, integrando sistematicamente as formas de avaliação da aprendizagem, os critérios de promoção apresentados na escola foco de análise, tendo como base os aspectos do Projeto Político-Pedagógico, ou seja, há de se verificar o processo avaliativo e a sua consistência junto ao PPP.

Ainda, passar-se-á ao estudo da atuação do gestor na dinâmica avaliativa da escola, procurando compreender como este novo profissional auxilia na construção de uma educação de qualidade para todos e com a participação efetiva de todos, com base em uma gestão democrática.

Para tanto, todas estas incursões ocorreram com base no estudo de grandes pensadores do campo avaliativo como Philippe Perrenoud (1999), Cipriano Luckesi (2001) e estudos de teóricos como Sandra Sousa (1999), Dirce de Freitas (2004), entre outros, contando ainda com o suporte de diversos textos estudados durante a vigência deste curso. Os textos possibilitaram a compreensão da diversidade do processo educativo e como a avaliação pode dinamizar toda a aprendizagem direcionando ações para a construção de um novo saber.

## 2. Desenvolvimento

A educação brasileira na última década ampliou os debates sobre o tema da avaliação da aprendizagem, principalmente, pela ampliação de políticas e programas voltados para a construção de um aluno dinâmico frente ao processo de ensino e a sociedade, o que se vê determinado pelos sistemas de ensino.

Por outro lado, a definição das estratégias de avaliação da aprendizagem devem estar previstas nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada instituição de ensino com valorização das especificidades do contexto ao qual escola e comunidade escolar estão presentes.

Outro fator que leva a constituição de um aparato legal para a avaliação está contido na Constituição de 1988 que expressa que o ensino deve estabelecer “*a garantia de padrão de qualidade*”(art. 206, inciso VII).

Além disso, o processo de avaliação no contexto escolar vem sendo tema de análise sobre o desenvolvimento da educação e da qualidade do ensino pelos grupos sociais. Para tratar esta questão torna-se fundamental termos consciência sobre a finalidade real da avaliação. É necessário considerá-la como um processo abrangente e de caráter diagnóstico, que implica numa reflexão crítica sobre as práticas, captando avanços, resistências, dificuldades, possibilitando novas tomadas de decisões e estabelecida como elemento do Projeto Político Pedagógico.

### 2.1 – Projeto Político Pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é um documento que compõem o quadro de sistematização da instituição escolar. Nele se define a identidade da escola e indica os caminhos para que a escola desempenhe o seu papel de ensino com qualidade. Ele é um importante constitutivo que possibilita ao gestor escolar contribuir para a formatação do perfil da instituição e os caminhos a serem trilhados pela instituição.

O termo busca almejar ações concretas a fim de serem executadas durante tempo e espaço bem definidos, abrangendo-se em um espaço de formação do cidadão crítico, consciente e responsável e ainda define e organiza as atividades necessários ao pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Lopes (2010, 23) “o PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação que você e todos os membros das equipes gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão”. Portanto, o PPP deve auxiliar a tomada de decisão na escola, afim de nortear as atividades planejadas e o processo de avaliação da instituição.

Contudo, para que o Projeto Político-Pedagógico da Escola assuma posições diversificadas e que auxilie na missão social da escola é necessário que o mesmo seja construído coletivamente e abarque as necessidades de profissionais e da comunidade escolar a fim de proporcionar um reconhecimento da equipe escolar a este documento de socialização da cultura.

Segundo Brito (1997, 122) aponta que

O Artigo 12 da Lei 9394/96 define a incumbência dos estabelecimentos de ensino, dentre elas elaborar e executar sua proposta pedagógica. O artigo 14 trata da gestão democrática do ensino público na educação básica, incluindo a participação de profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim, podemos perceber que com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) há uma definição no sentido de promoção da ação democrática com a criação do Projeto Político Pedagógico. Deve-se perceber também que a construção do PPP não pode ser vista apenas como parte integrante de legalização da escola, mas como objeto que permite a escola direcionar o seu trabalho, enquanto doutrina e enquanto prática para a inserção na vida.

Desta maneira, Veiga (2001, 110) aborda que o PPP:

É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem para chegar a que resultados. Além disso, explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Esta idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, daí a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente.

Portanto, o PPP apresenta em seu perfil o compromisso para a mobilização da comunidade definindo as suas características e assim, possibilitando constituir-se como instrumento significativo para a construção da escola.

No PPP devem estar definidos claramente o contexto da escola, a sua finalidade enquanto prática e missão social, a sua estrutura organizacional administrativa e pedagógica, e

ainda, o currículo, a organização do tempo e espaço escolar, com abordagem sobre o processo de tomada de decisão na escola, as relações de trabalho e o processo de avaliação. Com isso pode-se perceber a dimensão do Projeto Político-Pedagógico frente a ação da escola enquanto corpo democrático e ao processo de avaliação da aprendizagem dos alunos.

## **2.2 – Avaliação da Aprendizagem Escolar**

A avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e atualmente vem ganhando espaço para amplos debates na sua utilização como forma integrante da vida escolar nos processos de ensino. Tal como é exposta hoje na grande maioria das escolas brasileiras, a avaliação torna-se o principal elo de sustentação de uma lógica de organização do trabalho docente em sua constante atuação na prática de aprendizagem dos alunos e, portanto, revela-se expressamente através do fracasso escolar nas mais diversas etapas do ensino, tendo sido abordada como fomentação de discussões que integram professores, alunos, pais e especialistas da educação que veem a educação como “bicho de sete cabeças”.

Esta prática está “presa” ainda a uma subserviência e supervalorização da nota como quesito essencial de aprovação. A prática de avaliar parece ser um instrumento mecânico, estático tendo como base, simplesmente, a nota, e em certos pontos adquire unicamente o papel decisório de aprovação ou reprovação nas áreas de conhecimento, fato que é característico da modalidade avaliativa tida como Avaliação Somativa.

Assim, o processo de avaliar adquire proporções limitadas, e passa a postular-se apenas com base no que é exigido no currículo, de forma estática e estigmatizada. É visível ainda que a aprendizagem esteja presa a aspectos quantitativos e de caráter classificatório através de provas periódicas em diversas instituições de ensino. A grande maioria dos educadores ainda está presa à visão holística de que eles são apenas transmissores de conhecimento e não de que este deve ser construído ao longo do ano através de um planejamento anual mesmo não se observando o processo de diversidade de pensamentos, de realidades e gêneros diversos presentes nas salas de aula. A utilização da prova é tida por muitos como requisito único e pronto para se avaliar. Mas é preciso entender a avaliação como uma lógica de interação e de consubstanciação da formulação da aprendizagem que não é medida em números, mas de transformação de capacidades e da utilização de recursos na elaboração, criação e aplicação de novos conhecimentos, o que Luckesi (2006) expõe como questões que propiciam o desenvolvimento.

As “questões de desenvolvimento” são aquelas que colocam frente ao estudante problemas novos, para a solução dos quais, necessita de servir-se dos conteúdos do “domínio”. ..Um exemplo de “desenvolvimento” poderia ser “servir-se do conhecimento sobre múltiplos de dois ou mais números para proceder o ‘mínimo múltiplo comum’ nas operações de adição e subtração de frações denominadores

diferentes”. Aqui há a exigência no uso de um conhecimento já adquirido, exige um desenvolvimento. Ou seja, o “desenvolvimento” implica numa aplicação de conhecimentos de “domínio” (mínimo necessário num conteúdo menos complexo) na solução de problemas mais complexos.

Em síntese, solicitar ao estudante que manifeste desenvolvimento para além do domínio não significa formular questões que sejam mais difíceis de serem compreendidas, mas sim colocar questões claras que possibilitem ao estudante aplicar os conhecimentos anteriores para solucionar problemas novos.

Neste sentido, podemos considerar que o ato de ensinar e de aprender é uma construção, e que tal prática é uma opção de um educador que visa propiciar aos educandos a autonomia para aprender. Assim, o processo de autonomia e de criação torna-se crucial para o desenvolvimento das diversas situações que propiciam a aprendizagem, seja através da observação, da criação e da utilização da informação adquirida em sala no seu cotidiano.

Segundo Perrenoud (1999), a avaliação da aprendizagem, no novo paradigma, é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos, ou seja, ao levantamento de informações sobre todo o processo educacional que permita a conseqüente formação humana.

Para Luckesi (2001, p.17) “a avaliação da aprendizagem ganhou um espaço tão amplo nos processos de ensino que nossa prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma ‘pedagogia do exame’”. Neste sentido, podemos verificar a importância da avaliação na escola como aspecto primordial de desenvolvimento das metodologias, de programas e de diferentes didáticas. Por isso entram em cena três tipos básicos de avaliação da aprendizagem, que auxiliam o educador frente ao processo de ensino, sendo: diagnóstica, somativa e formativa.

### **2.2.1 – Avaliação Diagnóstica**

A Avaliação Diagnóstica procura levantar informações sobre o processo de aprendizagem do aluno, sua construção, seu papel integrador, níveis de deficiência, entre outros e estabelece o que se pode direcionar como ações para sanar as dificuldades encontradas.

Assim, Chadwick e Oliveira (2004, p. 334):

“identificar o conhecimento relevante e as características do aluno e da turma tem como objetivo permitir ao professor fazer planos para que cada aluno alcance sucesso na escola. Isso significa tanto assegurar que todos os alunos atinjam os objetivos mínimos estabelecidos, quanto estabelecer metas para que cada aluno possa se superar cada vez mais. Alguns resultados do diagnóstico, portanto, interessam não só ao professor, mas também a outros professores e profissionais da escola, aos próprios alunos e a seus pais”.

Em outras palavras, ela contribui para a produção de estratégias metodológicas para o alcance dos objetivos estabelecidos nos programas de ensino.

Percebe-se então que o diagnóstico passa a estabelecer funções do ato de ensinar. Há uma preocupação maior com o estabelecimento das metas de ensino e de significação da aprendizagem. Sendo, portanto, que cada avaliação aplicada terá objetivos concernentes a sua aplicabilidade.

Vê-se também que durante todo o processo de avaliação não há uma identificação, uma organização para que possamos estar adequados as práticas de ensino. Deve-se alternar para possibilitar o desenvolvimento de ações que despertem a oralidade, entender em qual nível está inserido todo o educando e assim direcionar uma práxis docente. Tais procedimentos vem sendo utilizados, principalmente, nos anos finais do ensino fundamental, como forma de levantar um padrão sobre a aprendizagem dos alunos e a aquisição da escrita e leitura.

A avaliação diagnóstica assume várias posições que permitem a tomada de decisões, entre elas o apoio especializado nos casos de dificuldades visuais, auditivas, desajustes de personalidade e muitos outros. A enturmação consiste em levar o aluno a matricular-se na classe mais adequada para o seu nível de desenvolvimento, procurando criar condições para integrá-lo a fim de sanar ações diversas.

Luckesi (2001) expõe que:

“qualquer prática avaliativa é diagnóstica, ocorra em que momento for da ação, no sentido de que toda prática avaliativa tem dois pontos básicos --- (1) investigar sobre o desempenho de alguma coisa, projeto, instituição ou pessoa (o que está ocorrendo e as razões pelas quais o que está ocorrendo, está ocorrendo), atribuindo-lhe uma qualidade, e, (2) em segundo lugar, proceder uma intervenção, tendo em vista o redirecionamento da ação, instituição ou pessoa (se necessário) e, conseqüentemente, a obtenção dos resultados colimados”.

Assim, a avaliação diagnóstica permite ao professor identificar para onde caminharão as suas estratégias de aprendizagem, formulando um padrão e buscando compreender as formas de melhor atingir o processo de construção do conhecimento do aluno.

### **2.2.2 – Avaliação Somativa**

A Avaliação Somativa, normalmente, refere-se à padronização de notas e à atribuição de caráter de aprovação ou reprovação. É realizada, na grande maioria das vezes, na avaliação do professor, que atribui notas/créditos às atividades em sala. Contudo, tais perspectivas não avaliam os diferentes processos de aquisição do conhecimento nem de formação cognitiva do aluno. Nesta,

pretende-se avaliar o nível de conhecimento adquirido pelo aluno em relação ao programa da disciplina, na qual se espera determinado desempenho; os progressos realizados pelo aluno; se o aluno tem ou não condições de ser aprovado.

Ela, contudo, não avalia resultados globais do aluno, ou seja, a mescla de situações físicas, psicológicas e cognitivas. Os detalhes deveriam centrar-se na avaliação formativa, fornecendo uma visão global sobre o desenvolvimento do aluno. A avaliação somativa concentra-se em demasia na avaliação da compreensão, a transferência de aprendizagem e os objetivos cognitivos que foram alcançados.

Para Haydt (2000, p.09)

Medir significa determinar a quantidade, a extensão ou o grau de alguma coisa, tendo por base um sistema de unidades convencionais. Na nossa vida diária estamos constantemente usando unidades de medidas, unidades de tempo. O resultado de uma medida é expresso em números. Daí a sua objetividade e exatidão. A medida se refere sempre ao aspecto quantitativo do fenômeno a ser descrito.

Se analisarmos atualmente o sistema educacional brasileiro e as próprias propostas pedagógicas percebemos que ambos tem se apoiado em uma visão classificatória do aluno, buscando-se averiguar a aprendizagem através de medidas, valores. De certa forma, esta forma avaliativa apresenta a noção de que todos aprendem unificadamente, sem caracterizações individuais, o que na realidade não se apresenta nas lógicas escolares e de constituição do ser humano. Assim, podemos perceber que neste processo, que se valoriza como instrumento avaliativo apenas trabalhos em grupo/individual e com supervalorização da prova escrita que as pessoas aprendem de maneiras diferentes. Aqueles que não respondem aos métodos dos professores aprendem cada vez menos o que acarreta na exclusão do processo de escolarização.

### **2.2.3 – Avaliação Formativa**

A avaliação formativa centra-se na aprendizagem do aluno. Ela é realizada com o objetivo primordial de verificar a formação do aluno diante dos temas abordados na sala de aula, na elaboração do plano de ensino. Ela serve para corrigir rumos e mostrar ao educador propostas para melhorar a ação docente.

Neste sentido, ela se utiliza do aprendizado do aluno para verificar sobre os rumos tomados no processo de ensino, criando perspectivas e ações para fomento de práticas e contextualizações. É a aplicabilidade do conhecimento adquirido em sala, na sociedade; é a formulação de um conceito diverso que permite a construção de um educando apto e formado para a vivência em sociedade. Portanto, o erro é visto como falha no ensino.



O ensino deve proporcionar ao educando reflexão que o torne apto a compreender as funções e indagações da sociedade contemporânea. Não é mais função da escola unicamente “ensinar” a ler e escrever, mas contribuir para a sua atuação como cidadão.

A avaliação formativa não deve servir para punir o aluno, mas deve aprimorar as ações docentes para que o aluno sinta-se apto a participar da aprendizagem. Não é dar pura e simplesmente a nota, mas contribuir para a formulação de atitudes que leve o aluno a verificar e raciocinar sobre os erros. Não é estabelecer julgamentos e comparações relativas, mas sim buscar formar o cidadão, a criança e construir sua identidade, sem medo de lutar e contribuir para uma formação humanística de si mesmo e de toda a sala.

A avaliação formativa busca avaliar o domínio e o progresso do aluno nas suas relações com os objetivos estabelecidos nos planos de ensino. Não é pura e simplesmente o trabalho com aulas expositivas, mas tão somente levar o aluno a entender e compreender as temáticas expostas nos objetivos de ensino.

Para Hadji (2001):

Duas coisas são, pois, claramente declaradas: a avaliação torna-se formativa na medida em que se inscreve em um projeto educativo específico, o de favorecer o desenvolvimento daquele que aprende, deixando de lado qualquer outra preocupação (...). A partir do momento em que informa é formativa, quer seja instrumentalizada ou não, acidental ou deliberada, quantitativa ou qualitativa (...). Uma avaliação não precisa conformar-se a nenhum padrão metodológico para ser formativa.

Busca neste tipo de avaliação um trabalho de observação ao longo do período em sala de aula, como o aluno compreendeu e assimilou as informações transmitidas, questionando-as, no desempenho das tarefas, entre tantas outras. Tais observações devem ser feitas de forma contínua e processual, tendo como instrumentos os objetivos a que almejam ser atendidos. Em caso de falhas vê-se a necessidade de articular um trabalho com atividades, exercícios, aulas expositivas, atividades de reforço, com vistas a sanar as atividades expostas durante o seu processo de avaliação.

Segundo Perrenoud (1999, p. 149) "... avaliação formativa coloca à disposição do professor informações mais precisas, mais qualitativas, sobre os processos de aprendizagem, as atitudes e as aquisições dos alunos".

Para Perrenoud a avaliação formativa não tem como objetivo classificar ou selecionar. Fundamenta-se nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; fundamenta-se em aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que se continue a aprender. O aluno aprende a criar associações com as diversas formações do seu cotidiano. Outro fator desta forma avaliativa é que todo o processo em sala de aula tem como base o aluno, verificando o que ele assimilou, questionou e participou na modificação de sua realidade.

### 2.3 – O Gestor Escolar e o Processo Avaliativo

O gestor escolar é visto como um articulador de ações que vão muito além da eficiência, mas que se revele eficaz e que demonstre competência, desempenhando suas funções (pedagógica, administrativa, jurídica e financeira) atingindo objetivos que demonstre sempre a busca pelo saber. Assim, a escola gerida por este profissional é aquela que demonstra preocupação com a aprendizagem dos alunos no que concerne aos conteúdos curriculares bem como a formação de valores, ética e cidadania e a criação de oportunidades para o desenvolvimento do país.

Atualmente, o gestor é visto como um empreendedor que possibilite a integração da escola e da comunidade com vistas a promoção da democracia.

Desta maneira o gestor escolar deve participar e construir conjuntamente o processo de avaliação da aprendizagem da escola, a fim de que com isso possa utilizar os resultados para sanar deficiências e construir a partir das falhas observadas um panorama planejado coletivamente a fim de melhorar os índices.

Ao analisarmos as formas básicas de avaliação, ainda percebemos a construção, quase que exclusiva do processo somativo e cabe ao gestor intercalar a este processo ações para a disseminação de valores entre os alunos (avaliação formativa) e a conhecer previamente ao aluno (avaliação diagnóstica).

O gestor deve ser um motivado para o desenvolvimento de deferentes métodos e instrumentos avaliativos pelo professor a fim de compreender as diversas habilidades dos alunos.

Deve ser ressaltado que a avaliação da aprendizagem realizada de forma dinâmica pode compreender melhoria no aprendizado do aluno e da própria escola, por auxiliar no desempenho institucional da escola. Portanto, o gestor deve considerar como parâmetro para o desempenho da escola, o processo que levou a consecução de tais notas.

Cabe, ainda , ao gestor levar diversidade de instrumentos avaliativos ao professor, a fim de que o mesmo possa aprimorar a sua prática docente e assim observar a novos procedimentos de avaliação.

Segundo o PPP da Escola Municipal Dr. Clemente de Farias (2010, 30)

Em nenhum momento a escola poderá prescindir de uma avaliação minuciosa e consistente. Avaliar parcialmente, ou com instrumentos inadequados ou sem uma clareza em seus objetivos provocará rupturas no desenvolvimento e processo de ensino dos alunos. A avaliação bem realizada dará suporte a ação educativa e garantirá a interação entre aluno e professor. Uma avaliação de qualidade será

aquela que medirá não apenas o aprendizado mas o crescimento socio-emocional do aluno.

Portanto, percebe-se que já no Projeto Político Pedagógico há um novo diagnóstico para a consecução de uma proposta que avalia ainda os critérios psico-emocionais dos alunos. O Gestor escolar deve estar atento ao cumprimento dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) que expressa em seu artigo 24, inciso V que reflete:

“V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:  
 a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;  
 b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;  
 c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;  
 d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;  
 e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;”.

Percebe-se que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) apresenta a necessidade de uma avaliação em que os aspectos qualitativos sobreponham os quantitativos e isso deve servir como instrumento para avaliações que venham a ser instituídas na escola.

É preciso que os educadores sejam incentivados a promover as habilidades dos alunos, abrangendo as suas capacidades e aferindo conhecimento para a promoção de competências.

Segundo Souza (2005, p.01)

As práticas utilizadas nos processos de avaliação variam como variam as intenções que se têm com o seu uso. Por exemplo, a utilização do caderno do aluno como fonte de dados para a avaliação da aprendizagem mostra um determinado conjunto de informações, mais cotidianas, sobre o conhecimento que o aluno adquiriu.

Assim, pode-se perceber que qualquer prática avaliativa torna-se essencial para análise e construção de parâmetros para o desenvolvimento institucional da escola, principalmente, quando em seu Projeto Político-Pedagógico, apresenta-se a valorização do aspecto qualitativo sob o quantitativo, conforme ocorre na Escola Municipal Clemente de Farias.

Com isso, a escola passa a ter um direcionamento das ações que devem permear a prática avaliativa, que vem sendo vista pela direção da instituição como um aspecto dinâmico, que leve o aluno a despertar o interesse pelas relações que o conteúdo tenha no contexto cotidiano que ele percebe, por isso a constante motivação e intervenção junto ao professor

para que o mesmo possa desempenhar aulas mais criativas, procurando aperfeiçoar sempre a fim de permitir avanços dos alunos frente a todo o contexto pedagógico.

Assim, o PPP da Escola apresenta que:

Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo com apresentação periódica de resultados de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo a apreciação do seu desempenho pelo Professor e Especialista por meio do Conselho de Classe que por sua vez é um momento de avaliação e busca de solução para as dificuldades encontradas.

Com base na avaliação realizada ao final de cada bimestre letivo, a equipe pedagógica juntamente com o professor, deverá recomendar os procedimentos, dentre as alternativas curriculares oferecidas, que melhor atende as características de cada aluno.

O Diretor da Escola Municipal Dr. Clemente de Farias, então, surge como um articulador da equipe, com vistas a acompanhar os resultados e a melhoria do processo educacional com vistas sempre a promoção da qualidade e para tanto, utiliza-se do diálogo e da compreensão do contexto educacional para que se possa monitorar e perfazer uma dinâmica capaz de constituir-se como elemento do cotidiano pedagógico.

## **Conclusão**

Muitas vezes os discursos implicam o fazer pedagógico e ação frente ao contexto escolar. Tais discursos implicam concretizar sentidos, promover interações e mais ainda discutir o saber. Buscar a superação dos mais variados desafios implica em promover a atuação para a cidadania, e assim, construir novos parâmetros educativos para a posição de um novo saber.

A escola deve deixar de lado o papel meramente burocrático e, tornar-se em um importante instrumento para a efetivação da democracia e da cidadania, com o respeito a diversidade, com padrões e valores morais e éticos, abarcando a criticidade e promovendo a interação constante com a comunidade.

A escola ainda deve promover a discussão de seus projetos políticos pedagógicos e mais do que nunca incentivar a participação de todos nas decisões da escola.

Assim, o gestor escolar passa a contemplar os interesses multifacetados da maioria da população escolar, democratizando-se e levando a constituição do diálogo promovendo a participação efetiva da comunidade e debatendo com educadores a melhoria da qualidade do ensino.

Construir esta escola de qualidade não é fácil, pois exige muito, não apenas de alunos que devem estudar arduamente para a aprovação no fim do ano, mas de toda a equipe

escolar e, principalmente, do gestor escolar, que não pode ser e nem agir mecanicamente. Neste processo, a avaliação da aprendizagem é uma das múltiplas facetas que impede o desenvolvimento de uma educação de qualidade. A escola, os alunos a aprendizagem não pode ser medida em números, mas deve ser debatida, dando a possibilidade ao aluno para que desenvolva as suas habilidades formulando conceitos e valores para a sua atuação frente a sociedade.

Para finalizar, cabe relatar que todo este percurso de análise da prática escola, da construção do Projeto Político Pedagógico e do estudo teórico permite a revelação de um gestor aliado a cidadania e a formalização de visualização da avaliação como um processo frente ao desenvolvimento das práticas pedagógicas e sendo a aprendizagem o produto de toda esta construção, a qual o gestor deve permear como articulador de todo o processo educativo escolar.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO E OLIVEIRA, João Batista, CHADWICK, Clifton. **Aprender e pensar**. Belo Horizonte: alfa educativa, 2004.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998, 292p.

BRASIL. Lei 9394 – LDB – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996.

BRITO, Ana Rosa Peixoto de. **LDB da “Conciliação” possível à Lei “Proclamada”**. Graphite: Belém, 1997.

HADJI, Charles. **Avaliação demistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

LOPES, Noemia. **PPP na prática**. **Nova Escola: Gestão Escolar**, São Paulo, nº11, Dez.2010

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Avaliação da Aprendizagem: Dominio e/ou desenvolvimento?

Disponível

em:

[http://www.luckesi.com.br/textos/abc\\_educatio/abceducatio\\_54\\_dominio\\_e\\_desenvolvimento\\_260620\\_06.pdf](http://www.luckesi.com.br/textos/abc_educatio/abceducatio_54_dominio_e_desenvolvimento_260620_06.pdf)

Acesso em 18/12/2010.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas**. Porto Alegre: artes médicas sul, 1999.

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. Clemente de Faria.

RIZZO, Marçal Rogério. Os entraves na área da educação.

Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/os-entraves-na-area-da-educacao-3003/artigo/>

Acesso em: 18 de dezembro de 2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza...[et al.]. Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação. **Gestão e avaliação da educação escolar**. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.17-22. 42 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 4)

Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=11292>

Acesso em 08/12/2010

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível**. Cortez, 2001.

# **Anexo**



escola de **gestores**  
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL DR. CLEMENTE DE FARIAS

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Ana Maria Santos Souza

Judite Almeida Rodrigues

Marco Túlio Santos Ledo

Tânia Brito Sirqueira





ESCOLA MUNICIPAL DR. CLEMENTE DE FARIAS

## **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Trabalho apresentado à Disciplina Projeto Vivencial do curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da Professora Assistente Zeneide Gonçalves da Rocha Gil.

**Belo Horizonte, 2010**

**SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO .....	04
1.1	Contexto da Escola Municipal Clemente de Farias.....	05
1.2	Identificação da Escola.....	05
1.3	Histórico da Escola .....	05
1.4	Diagnóstico .....	07
2	FINALIDADE DA ESCOLA .....	10
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	12
3.1	Estrutura Organizacional Administrativa .....	12
3.2	Estrutura Organizacional Pedagógica da Escola .....	15
4	CURRÍCULO .....	17
4.1	Plano de Ensino .....	20
4.2	Língua Portuguesa .....	20
4.3	Matemática .....	20
4.4	Ciências .....	21
4.5	Geografia .....	21
4.6	História .....	21
4.7	Arte .....	21
4.8	Educação física .....	22
4.9	Língua Estrangeira Moderna (Inglês) .....	22
4.10	Ensino Religioso.....	22
5	TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR .....	23
6	PROCESSO DE DECISÃO .....	25

7	RELAÇÕES DE TRABALHO.....	26
8	AVALIAÇÃO.....	27
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	30

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de educação está intrínseco nas mais diversas correntes de pensadores que ao longo da história fizeram da humanidade centro de questionamentos a respeito de valores morais e éticos, criticando padrões estabelecidos por uma sociedade dual, em que a escola torna-se baliza entre interesses de governos, família e sociedade.

Nesse contexto, as instituições de ensino vêm percebendo gradativamente a necessidade de repensar práticas pedagógicas, objetivos e finalidades da educação, bem como refletir sobre as mais variadas temáticas que absorvem a educação, como iniciativas educativas diversas a fim de serem implementadas gradativamente, fato visto na construção das Propostas Político-Pedagógica. Portanto, Vasconcellos (2000, p.169), o projeto político-pedagógico:

“pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativa, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.

Neste mesmo caminho, para Osório (1999, p. 13) o projeto político pedagógico reside

na tentativa da comunidade escolar de construir com a parceria de seus diferentes segmentos, uma identidade institucional que explicita, para o curto e o longo prazos, as razões e os propósitos de seu compromisso na formação de seus alunos. Esse entendimento resulta da diversidade de atos, opiniões, ideologias e práticas escolares de todos os envolvidos na educação no país. É, sem sombra de dúvida, mais uma tentativa de reconstruir, em essência, a natureza da educação como elemento de formação; é o resgate da função social das instituições escolares e, ao mesmo tempo, a definição de sua identidade institucional. O projeto pedagógico deve ser entendido como um contrato social que envolve os diferentes segmentos da comunidade escolar.

Assim, o presente Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Clemente de Farias , integrante da Rede Municipal de Ensino do município de Almenara fora concebida através de ações conjuntas que são estabelecidos através de estudos de documentos que serviram como referencial teórico e ainda o estudo da realidade escolar em uma visão contemporânea, onde a escola não pode deixar de ser um elo de formação para uma construção crítica, criativa e cidadã frente aos desafios da nova era.

Além de buscar superar as dicotomias, historicamente postas, pretende-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Ensino Fundamental a interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: a pesquisa, a prática e a avaliação. O primeiro saber procura refletir sobre novos conhecimentos e mais ainda como mecanismo para a produção de novas formas de pensar e de perceber o mundo; o segundo saber está voltado para uma nova base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos e a avaliação que busca levar os alunos a uma visão integrada na sociedade em que vive, podendo tornar-se agente de transformação da realidade ali expressa, levando a constituição da cidadania.

Por fim, torna-se necessário ressaltar que este projeto Político-Pedagógico não é documento definitivo, ao contrário, deve ter um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária.

## **1.1 Contexto da Escola Municipal Clemente de Farias**

### **1.2 Identificação da Escola**

**Nome da Instituição:** Escola Municipal Clemente de Farias

**Endereço:** Rua Samuel Alves de Oliveira, s/nº, Bairro São Pedro, CEP 39900-000, Almenara - MG

**Entidade mantenedora:** Secretaria Municipal de Educação

**Turnos de Funcionamento:** Matutino, Vespertino, Noturno

**Nível de Ensino Ofertado:** Anos Iniciais do Ensino Fundamental de 09 anos

### **1.3 Histórico da Escola**

A E. M. Dr. Clemente de Faria atualmente é parte integrante da Rede Municipal de Ensino, está localizada à Rua Samuel Alves de Oliveira, s/n, no bairro São Pedro em Almenara – MG.

A 1º de agosto de 1959, nesta cidade de Almenara, na presença do Sr. Inspetor Regional de Ensino, professor Tertuliano Silva, do Sr. Inspetor Municipal Dr. Euvaldo Moreira, do Sr. Agenor Nascimento, Fundador destas escolas e professores, foram instaladas as Escolas Reunidas que recebeu o nome de Escolas Reunidas Ciro Maciel, Secretariado da Educação do Estado de Minas Gerais.

A escola funcionou a princípio sob a direção da professora Maria Júlia Alves de Souza.

Pelo decreto nº 5813, de 9 de abril, digo 09 de junho de 1960, transformada em Grupo Escolar Dr. Clemente de Faria, assumindo a direção a diretora técnica D. Elza Santos.

Esta Escola funcionou nos seguintes setores:

Praça de Esportes, Rua Livio Frois Otoni, Rua Capitão Marcelino, Praça Benedito Valadares, tendo salas Esparsas, Praça Padre João de Paulo, prédio cedido pela Loja Maçônica e no G.E. Antônio Gil.

Atualmente funciona em prédio próprio, à Rua Samuel Alves de Oliveira, s/n, bairro São Pedro. Aos 22 do mês de abril de 1965, por motivo da aposentadoria da Diretora D. Elza Santos, assumiu-se a direção da escola a professora Hélia Luíza de Carvalho Ferreira.

Pela lei 5692/71, que fixa diretrizes e bases para o ensino que foi transformando o antigo primário e curso ginásial em “ Ensino de 1º grau ”.

Pela resolução nº 810 / 1974 de 06/07/1974, pág. 21, col. 04, o referido grupo escolar recebeu denominação de E.E. Dr. Clemente de Faria – 1º grau – 1.2.

Por motivo de afastamento da professora Hélia Luíza de Carvalho Ferreira, assumiu a direção da E.E. Dr. Clemente de Faria – 1º grau – 1.2 a auxiliar de diretora Maria das Dores de Oliveira Fonseca. Afastada do cargo, Maria das Dores de Oliveira Fonseca em 13/08/83, sendo substituída logo a seguir pela professora Heliete Fonseca Lopes, que se afastou em,

1991 para se aposentar. Em 1992, a professora Rosângela Fonseca Gomes, assumiu a direção sendo então a primeira diretora eleita através de voto, escolhida pela comunidade escolar. Atuou por dois pleitos e saiu apostilada, conforme lei nº 9263/86, 1º, 3º e 4º da lei nº 12459/1997.

Em 1997, assume a direção da escola a especialista em educação Etelcina Roesberg Mendes, segunda diretora eleita pela comunidade escolar em 1997. Atuou por dois pleitos e saiu apostilada em março de 2004. Neste mesmo ano, assume a direção através de voto direto a professora de Português Cléria Imaculada de Oliveira Machado, eleita em dezembro de 2003 sendo empossada em março de 2004 exercendo as suas funções até o ano de 2009. Em 2010, através de processo de municipalização das Escolas Estaduais, assume a administração da Escola a Secretaria Municipal de Educação de Almenara, na pessoa da Senhora Udilma Souza Alves.

Inicialmente, a escola passa a integrar o terceiro bloco da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito e fica então sendo administrada interinamente pelo senhor Adelson dos Santos. Por conseguinte, assume a direção da escola após deferimento de pedido de adjunção a Prof. Risoneide Maria Oliveira, em março do ano de 2010.

### **3. Diagnóstico**

A Escola Municipal Clemente de Farias tem por fundamento a gestão democrática, com a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar na construção de sua proposta educacional, cumprindo sua missão de oferecer um ensino de qualidade que vise à formação intelectual e cidadã de seus alunos.

Assim, direção e professores buscam harmonia e equilíbrio de decisões, de modo a favorecer a construção de uma relação democrática, plural e transformadora, que inclua o diferente e supere as marcas sociais do preconceito e individualismo que historicamente imperam nas instituições educacionais. É exatamente a construção dessa relação que vem sendo o grande desafio da escola.

Muitas vezes as circunstâncias das condições de trabalho, das questões particulares e até mesmo de formação profissional se sobrepõem à concentração desta integração necessária e imprescindível para alcançar a Escola desejada.

A Escola Municipal Clemente de Farias atende a uma demanda considerada satisfatória para os padrões do ensino público, nas formas de qualidade e gratuidade. Seu currículo confere com a base comum estabelecida nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, a parte diversificada é escolhida de acordo com a realidade do alunado e dos profissionais habilitados e disponíveis. Não obstante os esforços, lacunas deixadas pela falta de capacitação e treinamento periódica da equipe, a fim de manter uma unidade tanto junto ao corpo de professores à própria instituição.

A Escola vem ofertando em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação vem ofertando a modalidade de Educação de Jovens e Adultos através do Programa Projovem Urbano, que atende jovens entre 18 e 29 anos, que não tiveram acesso ao ensino em idade escolar e que desejam retornar aos estudos e além da formação básica, incluída em projeto próprio, oferta a qualificação profissional em Agroextrativismo e Construção e Reparos II e contam ainda com um auxílio mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

Para a realização de tal parceria levou-se em consideração a necessidade da escola de contribuir com prioridades relativas ao grau de pertinência social que assumia a educação de adultos face às exigências colocadas pelo processo de transformação social, bem como de contribuir para que o adulto fosse encarado como sujeito histórico deste processo.

Os educadores do programa passaram por uma capacitação inicial de 96 horas presenciais e vem passando por capacitações continuadas de 16 horas mensais.

Acompanhando a dinâmica das mudanças sociais e educacionais, a escola se preocupou em adequar sua realidade a escolas.

Deste modo, o ensino fundamental ora proposto é o resultado conseqüente de uma construção coletiva do Projeto Político Pedagógico da comunidade dos docentes, discentes e funcionários da unidade de Educação num processo de avaliação contínua e tomada de consciência da importância da tarefa educativa.



No trabalho pedagógico existe a necessidade de diversificar as atividades com o intuito de atender as diferenças individuais e o interesse e motivação do aluno drasticamente comprometido pela discrepância entre o “mundo lá fora” e o “mundo da escola”.

Os alunos têm uma rotina diária de 4 horas de aula dividida em três turnos. As turmas são heterogêneas, o acesso à escola se dá pela matrícula e atende a clientela indistintamente, de forma a promover a inclusão social.

Percebe-se um bom relacionamento entre professores e alunos e um investimento na superação de desentendimentos, quando ocorrem.

Todas as reuniões da escola ocorrem segundo o calendário escolar, elaborado com a presença de todos os funcionários e respeitando a realidade local.

O colegiado trabalha conjuntamente com a direção, decidindo desde a aplicação dos recursos financeiros e as formas alternativas de arrecadação de verbas, a tudo que for solicitado.

O quadro social do alunado se aproxima bastante das descrições que caracterizam a realidade do Vale do Jequitinhonha frente às outras regiões mineiras. Muitas vezes manter o aluno na escola, haja vista sua condição econômica limitada é difícil.

Junto à carência social, econômica e cultural, vem também a carência afetiva, diante a diversidade de formas de agrupamentos familiares: “filhos sem pais”, pais com dependência química, ausentes, alheios e omissos a educação de seus próprios filhos, tornam o foco de atenção da escola.

Os professores, muitas vezes, são o esteio para esses jovens e adolescentes que transferem para a Escola a referência de lar, família e afeto. E é esse o papel da escola: fazer frente a esta realidade, dentro das condições e incluir em seu currículo o compromisso com a formação integral dos educandos, trabalhando conceitos indispensáveis à formação de ser humano.

Cidadania e paz são elementos articuladores do projeto Político Pedagógico desta Escola, que pretende ser um documento dinâmico e atual que reflita a realidade de sua prática

pedagógica e o compromisso com a construção de uma sociedade ecologicamente correta, economicamente viável, ambientalmente justa e solidária.

Questões envolvendo sete itens básicos para a construção de uma escola de qualidade: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico e acesso, permanência e sucesso na escola, foram debatidos por toda a comunidade escolar: representantes de todos os segmentos foram convocados, a fim de que fosse estruturado situações para que sanasse as dificuldades diagnosticada, principalmente: a falta de participação das famílias na educação dos seus filhos.

Em um segundo momento realizou-se um questionário que foi respondido pelos alunos e num terceiro momento, pelos professores da escola, de forma individual. Desta forma, todos foram incluídos no processo de tomada de opiniões para avaliação, reflexão da qualidade na educação e decisões da escola para construção do seu Projeto Político-Pedagógico.

São problemas que a Escola Municipal Clemente Farias vem enfrentando:

- Descompromisso dos pais;
- Famílias desestruturadas;
- Pouca integração entre os professores, equipe pedagógica e direção;
- Alta rotatividade no quadro de professores e funcionários;
- Falta de oportunidades para a exposição de ideias, mistura entre política e educação;
- Falta de equipamentos de apoio à área pedagógica;
- Baixo nível de proficiência dos alunos em relação a serie que se encontram;
- Um percentual significativo de alunos fora da faixa considerada correta para a idade, atrasos na aprendizagem.

Concluiu-se que os problemas são gerados pelo baixo salário dos professores, que sem consciência de classe, não sabem lutar por seus direitos e que juntamente com os governantes misturam política à educação.

Avanço que a escola teve:

- Baixo índice de evasão;
- Professores buscando mais conhecimentos e maior formação;
- Equipe pedagógica atendendo a todos os níveis do ensino;

No relatório final dos trabalhos concluiu-se que: temos uma escola responsável e segura do que transmite; que se empenha em melhorar o trabalho e é humana. A escola funciona nos turnos da manhã e tarde (ensino regular) e noite com Projovem Urbano, atualmente com mais de 400 alunos nos três turnos.

## **2. FINALIDADE DA ESCOLA**

A Escola Municipal Clemente de Farias desenvolve trabalhos para os anos iniciais do ensino fundamental, tendo por finalidade a formação do aluno como cidadão reflexivo, crítico e ativo para atuar como agente transformador, para atender as demandas advindas da comunidade e da sociedade em geral, de modo a:

- Educar partindo do princípio: Prática-teoria-prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, vivenciadora de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeitos do contexto social e capazes de transformar o ambiente em que vivem;

- Possibilitar o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida, a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;

- programar ações que possibilitem o domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem, conhecimentos conceituais essenciais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e a convivência social.

Dessa maneira o ensino estará voltado para a formação do aluno que seja capaz de estabelecer atitudes questionadoras, críticas e equilibradas no exercício da cidadania. Cultivando o conhecimento, como fonte central de mudanças, principalmente de humanização, sem perder de vista a perspectiva ética, a escola propiciará a ressignificação de formas de atuação coerentes com o papel atribuído à educação e ao conhecimento no mundo de hoje, assumindo assim, seu compromisso histórico. Portanto, o aluno egresso da Escola Municipal Clemente de Farias, será capaz de refletir sobre seus conhecimentos científicos, culturais, sociais, estéticos e políticos, em vistas a uma educação de qualidade, como é o anseio de uma sociedade democrática e estruturando-se sobre os princípios de caráter interdisciplinar que estará se delineado no processo educativo:

- **Princípio sócio-histórico do conhecimento**, entendendo o conhecimento como produto da construção histórica do ser humano, que nas suas relações o constrói e reconstrói, adaptando-se a novos contextos e reelaborando novos sentidos para a sua sobrevivência;
- **Princípio de uma concepção de sociedade com maior justiça social**, o que pressupõe melhor qualidade de vida por meio de diferentes formas de pensar e atuar sobre a realidade, onde se apresenta de modo multifacetado no plural e complexo mundo atual;
- **Princípio da compreensão das diferenças**, formadora da sociedade brasileira, as diferenças de etnia, gênero, classe, e tribo, etc, que dão origem a diferentes modos de organização da vida, valores e crenças apresenta-se para a educação como um desafio interessante e contribuidor, de forma que é impossível desconhecê-lo e

ignora-lo, principalmente se observados os novos pressupostos educacionais que remetem a formação humana e sua construção social;

- **Princípio da compreensão da pesquisa como processo educativo**, enquanto fio condutor e elemento aglutinador dos demais componentes curriculares constituindo-se em elemento articulador entre teoria/prática;
- **Princípio da compreensão da praxi**, enquanto unidade teoria-prática visando a ação-reflexão-ação na construção do saber.

Portanto, esta proposta pedagógica e política se dará na construção atênue da comunidade escolar com os objetivos e metas que o completa, principalmente, através da construção de um currículo que adeque-se a realidade local e um ensino que procure valorizar experiências, sendo esse um processo de participação democrática e construído coletivamente, onde se dará a inserção de novos modelo de ensino e políticas educacionais.

### **3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A Escola Municipal Dr. Clemente de Farias é constituída por elementos que se pautam em uma gestão democrática e que se estabelece frente aos constantes desafios que o meio educacional promove, buscando-se sempre a promoção do bem comum e do aluno e de toda a comunidade escolar. Assim, para uma melhor dinamização do espaço escolar, a escola pauta-se em uma estrutura tanto pedagógica quanto administrativa que tem por finalidade a

consecução plena da aprendizagem dos alunos, cabendo a equipe administrativa composta pela secretaria da escola, direção e serviços dos auxiliares da educação. No âmbito pedagógico entram em cena o serviço de supervisão e de orientação educacional, a direção da escola e a equipe docente.

Também entram em cena o colegiado escolar que possui por finalidades dirimir e se posicionar frente às questões pedagógicas, administrativas, jurídicas e financeiras da escola.

### **3.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Escola Municipal Clemente de Farias está localizada em espaço cedido pelo governo do Estado de Minas Gerais através de sua Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais tendo-se em vista o processo de municipalização das escolas da Rede Pública Estadual, onde antigamente eram as instalações da Escola Estadual Dr. Clemente de Farias .

A Escola conta com infra-estrutura adequada aos princípios de inclusão escolar. Recentemente, o prédio fora reformado e a escola conta com sete salas de aula amplas, arejadas, com ventiladores, dois banheiros para alunos, uma quadra poliesportiva sem cobertura, uma biblioteca, uma cantina, um refeitório, uma sala dos professores com banheiro, um depósito, uma sala de direção e uma secretaria escolar e mais, um laboratório de informática com 10 máquinas.

No âmbito do quadro pessoal, a Escola Municipal Clemente de Farias conta com 36 funcionários, sendo 28 efetivos pela Secretaria Municipal de Educação. Tem-se 01 diretor e 01 vice-diretor; 14 Professores Regentes; 02 eventuais; 02 especialistas (supervisão/orientação); 02 professores de Língua Inglesa; 01 professor de Educação Física, 01 professor de Educação Religiosa; 02 Auxiliares de Secretaria; 08 Auxiliares de Serviços Gerais; 02 Inspectores de Aluno.

A Escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Almenara através de sua Secretaria Municipal de Educação.

A Escola funciona em três turnos (matutino, vespertino e noturno) sendo que os dois primeiros são do ensino regular (Ensino Fundamental) com início as 7:00 e término as 11:20 (manhã) e início as 13:00 e término as 17:20 (vespertino) e no turno noturno a escola é cedida para funcionamento do Programa Projovem Urbano, que é administrado através de parceria do município de Almenara com o governo do Estado de Minas Gerais, com início das aulas as 18:30 e término as 22:00.

A merenda escolar é fornecida pela Secretaria Municipal de Educação de Almenara e conta com apoio de um nutricionista a fim de delinear cardápios e fazer o acompanhamento nutricional das escolas.

O tempo destinado à organização pedagógica é estruturado conforme às exigências da lei 9394/96 e resolução da SEE que consta com indicadores fixos no calendário elaborado no início do ano letivo com a participação de todos os profissionais da educação constando 200 dias letivos; 05 dias por semana; 40 semanas letivas; 30 minutos de recreio; 50 minutos cada módulo aula (Língua Inglesa, Educação Física e Educação religiosa); 4 hs e 30 min., a duração de cada turno.

Aprovado pelo colegiado de acordo com a legislação vigente, o calendário consta ainda com: Início e término do ano Letivo; Férias regulamentares e dias não letivos; Conselho de classe; Reunião pedagógica e administrativa; Recuperação; Reunião de pais e professores; Feriado e Recessos; Assembléia da comunidade escolar; Planejamento anual; Eventos Culturais e Pedagógicos (gincana, festa junina e folclore, consciência negra).

As ações didáticas e administrativas da Escola Municipal Clemente de Farias devem ser estruturadas de forma descentralizada, fundamentado no principio da gestão democrática e na observância das normas legais. Dentre os órgãos administrativos temos: Diretoria e o Colegiado.

A diretoria compreende ao Diretor e ao vice-diretor, também chamado de diretor adjunto.

A direção tem a função de ser a articuladora de ações pedagógicas e administrativas da escola, estando entre as suas competências o ato de administrar o patrimônio da escola, que compreende as instalações físicas, os equipamentos e os materiais, coordenar administração de pessoal, orientar o funcionamento da secretaria da escola, representar a escola junto aos

demais órgãos e agências sociais do município, gerenciar ações de desenvolvimento dos recursos humanos da escola, articular o desempenho pedagógico das escolas a fim de que contribua para o desenvolvimento institucional da escola.

Assim, o diretor escolar deve atuar, conforme atesta LUCK (2000, p. 16), como

[...] um gestor da dinâmica social, um mobilizador, um orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos.

E ainda, na visão de LIBÂNIO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 335, podemos verificar que

[...] o diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente.

Ao vice-diretor ou diretor adjunto compreende substituir ao diretor em suas faltas e impedimentos eventuais, auxiliar o diretor no desempenho de suas funções, desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo diretor, desincumbir-se de todas as atividades que por sua natureza, ou em virtude das disposições regulamentares, sejam decorrentes de suas atribuições.

Portanto, pode-se perceber que as funções do diretor não são tão simples, nem ao menos é único, mas deve ser concebido sobre a ótica da participação, pois ele não faz a escola sozinho. Assim, na Escola Municipal Clemente de Farias , pautado sempre nos fins da gestão democrática, deverá articular as suas ações frente ao Colegiado ou Conselho Escolar que é um órgão deliberativo e consultivo de apoio à administração da escola, gestão pedagógica, financeira. Na escola o Colegiado deverá ser composto por 12 membros, entre funcionários, pais de alunos, diretor, professores e demais membros da comunidade escolar.



Assim, para a constituição do Colegiado Escolar a Escola Municipal Clemente de Farias terá como pressuposto definições expressas por Oliveira *et all apud* Pereira Filho (1996, p.01), SP. que relata

É fundamental que o Conselho Escolar, no processo de sua construção e constituição, passe por momentos de vivências coletivas nas quais não somente se discuta o significado de um órgão colegiado para a organização político-pedagógica da escola, mas também se defina o tipo de homem, de educação e de sociedade que se deseja construir. Logo, é necessário pensar em meios e estratégias que garantam estudos e debates, seminários, encontros, assembléias, com os diversos segmentos componentes da comunidade escolar, para que o processo de construção do Conselho seja antecipado de condições possibilitadoras da compreensão teórico-prática e política que explicitem a sua necessidade.

Assim, quando assumida o caráter deliberativo compreende a tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, desenvolvidas na escola.

No âmbito consultivo compreende a emissão de pareceres, quando consultado pelo diretor da escola.

O colegiado tem ainda por função participar da elaboração, avaliação, reformulação e do acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e comprometer-se com sua implantação; opinar e apresentar sugestões sempre que necessário sobre as ações do PDE, com vistas a capacitação de pessoal e ao aperfeiçoamento de dos profissionais de educação que atuam na escola; propor a expansão do atendimentos escolar; emitir parecer, entre outras conforme discriminado no Regimento Escolar.

### **3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica da Escola**

A Estrutura organizacional da Escola é composta pelo serviço de Supervisão Escolar e pelo Corpo Docente.

O Supervisor pedagógico é um especialista graduado em pedagogia com habilitação na área e tem por finalidade articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e

integrando o trabalho dos docentes nas áreas de ensino, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Atualmente, a escola conta com duas supervisoras pedagógicas que atendem ao turno matutino e vespertino. O trabalho hoje das supervisoras está voltado para o encaminhamento do projeto de intervenção a fim de sanar as dificuldades de leitura dos alunos e auxílio aos professores no desenvolvimento de metodologias diversas para um melhor tratamento em sala de aula.

A docência deve ser entendida como processo planejado de intervenções diretas e contínuas entre a experiência vivenciada do educando e o saber sistematizado, tendo em vista a apropriação, construção e recriação de conhecimento pelos educandos e o compromisso assumido com o conjunto da escola, através da participação em ações coletivamente planejadas e avaliadas, de acordo com a legislação vigente.

O corpo docente será exercido pelo professor legalmente habilitado em nível superior, admitida como formação mínima para o exercício do magistério nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Assim no exercício de sua função torna-se importante que o professor conheça sua criança para, num processo de interação, possibilitar-lhe a vivência de situações que favoreçam o desenvolvimento de habilidades de participação, solidariedade e convivência para crescer na sua autoconfiança, na capacidade de adquirir conhecimentos e enfrentar os desafios que apresentam a ela.

A escola possui como dinâmica pedagógica a constante relação entre teoria e prática, a fim de que o aluno seja capaz de relacionar-se em sociedade.

As aulas são organizadas a fim de que o aluno possa se expressar através da escrita, da oralidade e da interação com os colegas.

A escola promoverá três formas de planejamento: anual com a finalidade de discutir as ações da escola; semestral a fim de estabelecer diretrizes para o primeiro semestre e bimestralmente a fim de analisar os avanços e proferir o que será estudado durante tal

período. O planejamento se dará com a interação entre professores, equipe pedagógica, e direção da escola.

A escola promoverá estudos de recuperação da aprendizagem que serão oferecidos de forma bimestral ao longo do período letivo.

A escola buscará, juntamente e sob orientação com os especialistas na Secretaria Municipal de Educação, alternativas pedagogicamente adequadas para viabilizar as atividades destinadas a assegurar o domínio dos conhecimentos básicos aos alunos que não tiverem atingido o nível de aproveitamento esperado.

Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados a fim de colocar todas os alunos em condições de prosseguir os estudos. As atividades de recuperação devem ser programadas tanto para recuperar sua média de notas como para enriquecer o processo de aprendizagem.

Os estudos de recuperação destinam-se aos alunos:

I - de todas as séries do Ensino Fundamental, que não obtiveram a média bimestral prevista.

II - O aluno poderá fazer as recuperações em quantas disciplinas forem necessárias.

Após a recuperação, nos três primeiros bimestres, prevalecerão os pontos obtidos pelo aluno de maior valor, até o limite da média de cada bimestre. Apenas no 4º bimestre os pontos obtidos durante a recuperação podem ser maiores que os da média deste bimestre. Sendo portanto, apenas o sistema de recuperação bimestral.

## 4. CURRÍCULO

A característica de ensino propõe uma nova maneira de fazer educação, estabelecer um movimento interativo multi-direcional entre professor-aluno-conhecimento-realidades. Assim, vê a necessidade de reestruturação do currículo escolar, entendido como conjunto básico de disciplinas e de conceitos a serem apreendidos com o ensino.

Portanto, há nesta nova sociedade a exigência de um currículo aberto à dinâmica social, portanto flexível, que permita ressignificações, inclusão ou eliminação de atividades durante o processo, enfim, um currículo com caráter dialógico, tendo a pesquisa e a extensão como prática pedagógicas aglutinadoras dos diferentes componentes (disciplinas, seminários, as práticas discentes...).

A estrutura curricular, em sua organização, proporciona ao aluno no ensino fundamental e na EJA, o cruzamento de diálogo de saberes entre as disciplinas e diferentes contextos educacionais.

A proposta curricular apresenta as seguintes características:

- valorização de todos os componentes curriculares, de forma que não exista uma supervalorização de disciplinas ou desvalorização de outras;

Este tipo de currículo permite um funcionamento flexível do curso, sem, de forma alguma, comprometer a qualidade do mesmo.

Assim, a dinâmica curricular do Ensino Fundamental se constituirá da formação discente enriquecida por atividades integradoras, privilegiando, portanto, conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sócio-cultural necessários à reflexão crítica sobre a realidade e a sociedade.

A escola tem como eixos básicos a relação teoria e prática na integração do saber e do fazer, em que o exercício de interpretações múltiplas e variadas dos fatos, fenômenos e

episódios da vida cotidiana se constituem elementos condutores e integradores de outros componentes curriculares.

Visando assegurar a intencionalidade do trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade e a flexibilidade, as estruturas curriculares privilegiam “o fazer e o pensar” cotidianos, através das atividades integradoras e das práticas pedagógicas desenvolvidas.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, que conforme alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição federal nos seus Arts. 5º, I, art. 210, Art. 206, I, §1º, do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Arts. 26, 26ª e 79B na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso as diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros.

Conforme o parágrafo 1º da Lei 10639/2003, o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. E no parágrafo 2º conta que os conteúdos referentes à história e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira.

A Escola Municipal Clemente de Farias garante a igualdade de acesso a todos os alunos e aos conteúdos do Núcleo Comum, de maneira a legitimar seu direito à escolarização, garantindo a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional.

Na parte diversificada, de acordo com as necessidades dos alunos, a escola optou pelo ensino da língua estrangeira moderna (Inglês).

A implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de Temas Transversais, de modo a relacionar conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

O Currículo pleno deste estabelecimento compõe-se de uma parte comum e de uma parte diversificada.

As disciplinas do núcleo comum são no Ensino Fundamental, a serem obrigatoriamente ministrados nos anos iniciais :

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- História;
- Geografia;
- Ciências;
- Artes;
- Inglês (1° a 5°ano) ministrado por um professor específico habilitado;
- Educação Física (1° a 5°ano) ministrado por um professor específico habilitado;
- Ensino Religioso (1° a 5°ano) ministrado por um professor específico habilitado;

No Ensino fundamental (1° ao 5°ano), a disciplina de Literatura e Artes são ministradas pelo próprio professor regente.

A parte diversificada do currículo segue as concepções dos temas transversais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, e serão utilizadas com a finalidade de contextualizar, sempre que possível, os conteúdos das disciplinas da base Nacional Comum. A parte diversificada será composta por uma dos elementos: Ética e cidadania; Diversidade cultural; Educação ambiental; Saúde; Orientação sexual; Trabalho e consumo; Projetos com temas locais.

Dar-se-á especial relevo ao Ensino de Português (de Língua Portuguesa) e de Matemática por meio de sua inclusão em todos os anos do Ensino Fundamental conforme o caso e de adequada utilização dos demais componentes curriculares no desenvolvimento do pensamento lógico e das linguagens oral e escrita.

No Ensino Fundamental dará maior relevância ao ensino de Matemática e Português assegurando também o predomínio de sua carga horária em relação a cada um dos demais conteúdos nas demais disciplinas.

A escola através do Professor e do especialista pedagógico fará a programação dentro da carga horária prevista, atividades curriculares para os alunos que não optarem pelo ensino religioso.

A disciplina de Artes permeará todo o processo educativo, sendo disciplina obrigatória do 1º ao 5ª ano do Ensino Fundamental de acordo com a grade curricular.

A Educação Física será ministrada pro profissional habilitado em todos os anos, observando-se o mínimo de 02 sessões semanais com duração de 50 (cinquenta) minutos cada uma.

Serão incluídos estudos a atividades Educação Ambiental como conteúdo programático integrado à disciplina Geografia, História e Ciências conforme o plano curricular anual.

Nesta escola desenvolverá projetos, visando a melhoria do ensino-aprendizagem com apoio, supervisão e orientação de especialistas da mesma. Os projetos desenvolvidos acolherão temas comemorativos e do interesse dos alunos, onde poderão ser ministrados dentro de todas as disciplinas enfatizando a abordagem multidisciplinar.

#### **4.1 Plano de Ensino**

Na elaboração do Plano de Ensino dos anos iniciais do ensino fundamental serão consideradas as características dos conteúdos disciplinares, o nível de entendimento desejável a ser alcançado pelos alunos, as diretrizes e orientações curriculares e as diretrizes do Projeto Pedagógico contido no Plano do Desenvolvimento da Escola e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

##### **4.1.1 Língua Portuguesa**

O domínio da linguagem oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso a informação expressa e defende pontos de vista, partilha ou constroi visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. Ao longo das duas primeiras etapas do Ensino Básico, espera-se que os alunos adquiram

progressivamente uma competência em relação a linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo.

#### **4.1.2 - Matemática**

As finalidades do ensino de Matemática devem levar as crianças a identificarem os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;

#### **4.1.3 - Ciências**

Mostrar a Ciência como um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino das ciências na formação básica. A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valoração dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.

#### **4.1.4 - Geografia**

O estudo de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa a ampliação das capacidades dos alunos, do ensino fundamental, de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. A geografia oferece instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirimos uma consciência maior



dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares distantes no tempo e no espaço e perceber as marcas do passado no presente.

#### **4.1.5 - História**

Ensinar História implica a busca por alcançar objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona a constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas entre as quais, aquelas que se constituem como nacionais. A História, para o ensino fundamental, concebe-se em proporcionar reflexões e debates sobre a importância dessa área curricular na formação dos estudantes, como referências aos educadores, na busca de práticas que estimulem e incentivem o desejo pelo conhecimento. Apresenta princípios, conceitos e orientações para atividades que possibilitem aos alunos a realização de leituras críticas dos espaços, das culturas e das histórias do seu cotidiano.

#### **4.1.6 - Arte**

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve também, conhecer, apreciar e refletir sobre a natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. No transcorrer da primeira etapa do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

#### **4.1.7 - Educação Física**

Educação Física traz uma proposta que procura democratizar humanizar e diversificar a prática pedagógica da área buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática da Educação Física nas escolas.

#### **4.1.8 - Língua Estrangeira Moderna (Inglês)**

Para o ensino de Língua Estrangeira foi escolhido a Língua Inglesa, que apesar de não fazer parte da base curricular nacional comum, é um diferencial das escolas municipais fazendo parte do Plano Curricular dos anos iniciais do ensino fundamental.

#### **4.1.9 - Ensino Religioso**

O componente curricular de Ensino Religioso deverá compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

## 5. TEMPO E ESPAÇO ESCOLAR

A Escola é palco de inúmeras transformações, que se perfazem dentro e fora da sala de aula. É através do ensino ofertado, da construção do conhecimento, dos debates, das ações que se promovem inúmeras modificações de pensamento, de desejos, de lutas e assim constituem um novo modelo para uma nova educação. Torna-se essencial que a escola seja vista como um espaço para o saber e não apenas uma rotina prática da relação unívoca entre aluno e professor.

A sala de aula assume assim um grande processo que se caracteriza pela participação, pelas relações professor/aluno, aluno/aluno, entre diversas outras significações. A Biblioteca é o espaço para leitura, onde o aluno será levado a despertar a imaginação e a viajar pelo mundo leitura. O laboratório de informática deverá ser utilizado como instrumento de formação e processar-se-á como ponto de apoio a pesquisas escolares.

Para tanto, para que o espaço se processe como algo inovador é necessário que ele estimule o interesse e a participação dos alunos, contando com boa infra-estrutura, com boa ventilação e condições térmicas favoráveis.

Para Ribeiro (2004, p.105),

O Espaço escolar deve compor um todo coerente, pois é nele e a partir dele que se desenvolve a prática pedagógica, sendo assim, ele pode constituir um espaço de possibilidades, ou de limites; tanto o ato de ensinar como o de aprender exigem condições propícias ao bem-estar docente e discente.

A sala de aula receberá uma quantidade de alunos, por m<sup>2</sup>, estabelecida na Resolução SEE/MG 449/2004, buscando sempre a conveniência pedagógica de proporcionar um ensino de qualidade, que respeite o professor e o aluno.

Será tido como número máximo de alunos por turma, em idade entre 06 e 10 anos, o limite de 25 crianças.

Outro ponto importante na dinâmica escolar é o tempo, que deve cumprir pressupostos legais, desde matrícula em determinada série até a quantidade de dias letivos e carga horária de estudo, e de trabalho dos funcionários da escola . Assim, o Corpo docente deverá cumprir a carga horária de 24 horas semanais, sendo distribuídas em períodos de 4h30minutos.

Estarão inclusas na carga horária docente formação continuada a serem realizadas conforme disposição da escola em calendário escolar ou Secretaria Municipal de Educação.

Os auxiliares de serviços gerais, auxiliares de secretaria e a direção da escola deverão cumprir carga horária semanal de 40 horas semanais, distribuídos em períodos de 8 horas diárias. O Serviço de Supervisão Pedagógica deverá cumprir regime de 30 horas semanais, com períodos de diários de 6 horas.

A matrícula ocorrerá a partir de cadastramento escolar que definirá a demanda e a oferta para sua efetivação nas instituições de ensino.

Serão divulgadas amplamente pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Escola Municipal Clemente de Farias as vagas para matrícula no ano letivo.

O Calendário Escolar da EM Clemente de Farias será elaborado pelos profissionais da escola, discutidos e aprovado pelo Colegiado, cabendo ao Inspetor Escolar, supervisionar o cumprimento das atividades nele previsto, onde deverão constar:

- I. mínimo de 200 (duzentos) dias letivos;
- II. 05 dias escolares;
- III. 40 semanas letivas (podem ser alterados conforme resolução vigente)
- IV. 20 minutos de recreio
- V. 4 horas e 30 minutos a duração de cada turno
- VI. Período de férias e de recesso escolar;
- VII. Reuniões pedagógicas;
- VIII. Reunião de pais;
- IX. Conselho de Classe;
- X. Período de planejamento pedagógico;

- XI. Capacitação de professores.
- XII. Feriados
- XIII. Programação Cultural e Pedagógica;

O dia letivo será aquele em que os professores e os alunos desenvolvem juntos atividades de aprendizagem, independentemente do local onde sejam realizadas com mais de 50% do total freqüente dos alunos.

O dia escolar é aquele no qual são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo com a presença obrigatória, apenas do pessoal docente, técnico e administrativo.

O corpo administrativo e pedagógico tem a liberdade de convocar reuniões pedagógicas, administrativas, reuniões de pais e de conselho de classe, além das estabelecidas no calendário escolar, quando estas forem necessárias.

## 6. PROCESSOS DE DECISÃO

Uma das funções primordiais dentro da escola é a ação efetiva para que se propicie uma transformação na construção de um mundo real, objetiva elevar os padrões de eficiência e de autonomia financeira, organizacional e pedagógica da instituição escolar é a gestão democrática.

O principal objetivo dessa forma de gerir o espaço está basicamente na busca da efetivação de todos os membros da comunidade escolar frente aos processos de decisão da escola. Pode-se perceber que estão implícitos nesta configuração os objetivos sócios-políticos e pedagógicos da escola.

Portanto, o processo de decisão está vinculado à participação dos membros da comunidade escolar, que norteiam uma gestão democrática.

Assim, Carmo e Gonçalves (2001, p. 53) apud Bernard (1951) expõe que “A arte da decisão administrativa consiste em não decidir questões que não são pertinentes, em não decidir prematuramente, em não tomar decisões que não podem ser executado, e em não tomar decisões que competem a outras pessoas”.

Portanto, a tomada de decisão não se torna apenas uma ação do diretor, mas uma construção coletiva, em direção ao sucesso escolar.

Neste sentido, a Escola Municipal Clemente de Farias norteada nos princípios da gestão democrática buscará implementar ações que configurem a uma participação ativa de membros da comunidade escolar, bem como no Colegiado da Escola.

Neste sentido, o Documento Referencia da CONAE (2009) expõe que:

Considerando a gestão democrática como princípio assentado no ordenamento jurídico, faz-se necessário discutir permanentemente os processos de organização e gestão das instituições educativas e sistemas de ensino, de modo a ampliar a reflexão acerca de conceitos e práticas que as direcionam, bem como garantir ações concretas em prol de uma educação de qualidade, a partir do encaminhamento de políticas universais, que se traduzam em processos e ações regulares e permanentes, em detrimento de políticas meramente setoriais.

Portanto, pode-se perceber a importância de uma gestão pautada na discussão coletiva, no debate sobre a melhoria do processo de gestão escolar na configuração de uma educação de qualidade em que a oferta do ensino seja também oferta da cidadania.

Por isso, esta forma de gestão partilhada será a grande luta desta Escola, para que se efetive concretamente a função social de educar.

## **7. RELAÇÕES DE TRABALHO**

A escola cada vez mais assume novas responsabilidades, que amplia gradativamente a sua função social e mescla-se diante de um novo modelo, comparando e criando possibilidades para uma melhoria social.

Assim, dentro de uma gestão partilhada e na configuração de um papel dinâmico na qual todos possuem direitos, como também deveres, e atribuições específicas que se formatam no cotidiano escolar. Portanto, a definição de papéis e responsabilidades facilitam a construção e o direcionamento de ações.

Assim, caberá a Escola a busca constante da promoção da qualidade, estando para tanto subsidiada sobre aspectos voltados para a construção do conhecimento e da formação humana, intercalando-se sempre junto a sociedade, delimitando atribuições e funções para o andamento do aspecto democrático. Portanto, caberá ao Gestor Escolar levar a construção de um espaço educativo reflexivo, dialógico e assim traçar metas junto com o grupo para a melhoria constante da escola.

Juntamente a esta equipe temos: serviço de supervisão escolar e o serviço de orientação escolar que possuem como base avaliar o desenvolvimento da escola vista como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade da escola ou em outras realidades do Sistema Estadual de Ensino e

ainda Cuidar da orientação emocional do educando e do aconselhamento psico-pedagógico em todos os estágios do seu desenvolvimento, encaminhando-o quando necessário, a outros profissionais e auxiliando os professores na condução do processo de aprendizagem para a constante melhoria na apreensão do currículo escolar.

Ao professor caberá o desenvolvimento das atividades educativas junto ao aluno e mais procurando sempre auxiliar e elaborar plano de trabalho, de controle e avaliação do rendimento escolar, de recuperação de alunos, de auto-aperfeiçoamento, pesquisa educacional e cooperação no âmbito da escola, para aprimoramento do processo ensino-aprendizagem e participação ativa na vida comunitária da escola.

A família, cabe a responsabilidade de ser um apoio ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do aluno, levando-se sempre a participar das atividades propostas, buscar o boletim e conversar com os professores.

Caberá aos alunos a buscar o conhecimento demonstrando participação, interesse e comprometimento e ainda desenvolver o hábito de estudo, buscando progredir cada vez mais respeitando as contantes integrações com o meio e com o outro de forma recíproca e inovadora, frente ao dinamismo da escola e de si mesmo.



## 8. AVALIAÇÃO

Quando se fala do tema avaliação da aprendizagem ou até mesmo institucional é comum divergências sobre o mais variados ângulos, tendo-se em vista que tal temática ainda é um dos instrumentos prejudiciais a prática educativa. Infelizmente, ainda no contexto atual a avaliação é vista como um instrumento punitivo, que serve apenas para tabular conceitos sobre o aluno. Neste sentido, Luckesi (2002, p.180 ) expõe que:

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida.

Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la.

Para tratar esta questão torna-se fundamental termos consciência sobre a finalidade real da avaliação. É necessário considerá-la como um processo abrangente e de caráter diagnóstico, que implica numa reflexão crítica sobre as práticas, captando avanços, resistências, dificuldades, possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação escolar é antes de tudo uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades e aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo. A avaliação estará inserida no processo ensino e aprendizagem e resultará de várias atividades que serão realizadas com o objetivo de verificar o nível de aprendizagem dos conteúdos propostos.

Em nenhum momento a escola poderá prescindir de uma avaliação minuciosa e consistente. Avaliar parcialmente, ou com instrumentos inadequados ou sem uma clareza em seus objetivos provocará rupturas no desenvolvimento e processo de ensino dos alunos. A avaliação bem realizada dará suporte a ação educativa e garantirá a interação entre aluno e

professor. Uma avaliação de qualidade será aquela que medirá não apenas o aprendizado mas o crescimento socio-emocional do aluno.

Uma das formas para a elaboração de uma avaliação de qualidade é priorizá-la no início do planejamento, estabelecendo metas, o que se torna prático a elaboração de instrumentos adequados para atingi-las. Priorizar o atendimento do aluno que não consegue o desenvolvimento esperado ou com dificuldades de aprendizagem.

A Escola Municipal Clemente de Farias apresenta seu sistema de avaliação de registro dos resultados expressados através de notas para os alunos que cursa **os anos iniciais** do ensino fundamental. E para efeito de aprovação o aluno deverá ter alcançado a pontuação mínima de 60% do total de 100 pontos distribuídos durante o ano letivo. Deve-se ressaltar, entretanto, que a avaliação terá prevalência de aspectos qualitativos sobre os quantitativos e será processada de forma contínua e cumulativa transcorrendo em todo processo, sendo dividido em períodos bimestrais, segundo o calendário escolar, sendo:

- **1º bimestre** = 20 pontos — Média: 12 pontos;
- **2º bimestre** = 25 pontos — Média: 15 pontos;
- **3º bimestre** = 25 pontos — Média: 15 pontos;
- **4º bimestre** = 30 pontos — Média: 18 pontos.

Os pais ou responsáveis, após o término de cada bimestre, concluída as atividades avaliativas, serão informados sobre o desempenho do aluno através de boletins onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações pedagógicas.

Os resultados da avaliação serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor sendo, analisados os progressos, dificuldades seguidos por um momento de reflexão com o aluno, dando a ele a oportunidade de rever e refazer seus resultados.

Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo com apresentação periódica de resultados de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo a apreciação do seu desempenho pelo Professor e Especialista por meio do Conselho de Classe que por sua vez é um momento de avaliação e busca de solução para as dificuldades encontradas.

Com base na avaliação realizada ao final de cada bimestre letivo, a equipe pedagógica juntamente com o professor, deverá recomendar os procedimentos, dentre as alternativas curriculares oferecidas, que melhor atende as características de cada aluno.

Caso o aluno não alcance os objetivos propostos em cada unidade e a pontuação for inferior a média de cada bimestre, ele será submetido a estudos de recuperação, programada dentro do calendário escolar.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento, apuração da assiduidade, onde será exigido do aluno mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e o compromisso do aluno com ao processo de ensino aprendizagem, onde deverão ser abordados a expressão oral, escrita, trabalho em equipe.

No início de cada ano letivo, se preciso, far-se-á a diagnose da aprendizagem, cujo resultado e para verificar os aspetos programáticos já vencidos possibilitando a continuidade do desenvolvimento das capacidades programada em cada disciplina e cada ano de escolaridade.

Deve-se levar em conta que a Escola Municipal Clemente de Farias é avaliada através dos Sistemas Estadual e Federal de Ensino, com aplicação de avaliações sistêmicas. Tais registros servem de parâmetro para a escola a fim de que se possa constituir um padrão sobre o andamento da escola e de todo o processo de ensino aprendizagem na escola.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto Político Pedagógico é um dos instrumentos que caracterizam a escola e delinea seus passos para um novo perfil, através dos espaços, do tempo, da formatação pedagógica e administrativa, do perfil do gestor frente a participação da comunidade escolar.

A sua construção não foi simples, ela é resultado de debates, de estudos e de perspectiva para o futuro. Não é tarefa simples, mas o trabalho realizado procura sempre criar novas possibilidades e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem é o resultado final quando estamos diante desta nova ferramenta para possibilitar um novo projeto educacional.

Esta proposta é uma semente, que está sendo plantada, não será da noite para o dia que ela dará frutos, mas com paciência, adubando e regando, o solo se torna fértil e a colheita será farturosa. Mas tudo isto exige trabalho, parafraseado Augusto Cury “Educar é semear com sabedoria e colher com paciência”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Rosmeire Trombini, CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves. **O Gestor Escolar**. 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/217-2.pdf>, Acesso em 13/08/2010.

BRASIL. **Lei 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e bases da Educação nacional.

BRASIL. **Lei 10639** de 09 de janeiro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Documento Introdutório. Versão Agosto / 1996. Disponível em: <http://www.zinder.com.br/legislacao/pcn-fund.htm>. Acesso em: 14/08/2010.

GONÇALVES, Juçara dos Santos, CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o processo de tomada de decisão**. 2001. Disponível em [http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Gestao\\_Escolar.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Gestao_Escolar.pdf) Acesso: 14/08/2010

MINAS GERAIS. Resolução 446/2004.

MEC: **Conferência Nacional de Educação (CONAE) – Documento Final, 2010**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>, acesso em 14/08/2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCK, Heloísa.. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. In: **Em Aberto**, n° 72 (Gestão Escolar e Formação de Gestores, Jun de 2000, p. 11-34).

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

OSÓRIO, Antonio Carlos N. **Projeto Pedagógico: o pensar e o fazer**. Revista Integração, Brasília, DF, ano 2, n 1, p. 25-32 , Mai-jun,, 1999.

PEREIRA FILHO, apud OLIVEIRA, João Ferreira de , MORAES, Karine Nunes, DOURADO, Luiz Fernandes. **Conversando um pouco mais sobre Conselho Escolar**.

Disponível em: [http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/saibamais\\_4.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_4.pdf). Acessado em 13 de agosto de 2010.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo**. Feira de Santana: Sitientibus, 2004. Disponível em: [http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/31/espaco\\_escolar.pdf](http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/31/espaco_escolar.pdf). Acesso em: 14 de agosto de 2010.

SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**, disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/UFMG>, Acesso em 02 de agosto de 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e projeto Político Pedagógico**. Cadernos Pedagógicos do Libertad, 7ª ed. São paulo: 2000, 205p.